

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.664 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2003

Senado quer PAZ

A invasão do Iraque e a necessidade de enfrentar a violência no Brasil dominaram as atenções dos senadores nos últimos dias. O Plenário foi unânime em condenar a nova guerra no Golfo Pérsico, e a Comissão de Relações Exteriores recebeu o embaixador iraquiano. Em busca da paz interna, a Comissão de Justiça aprovou penas mais duras para crimes contra agentes da lei.

“Bush anuncia o fim de um processo construído em mais de dois séculos”

JOSÉ SARNEY

“Como seria bom se os mísseis carregassem arroz e pão”

AMIR LANDO

“Não se constrói a paz com desarmamento unilateral”

HELOÍSA HELENA

“Que Deus possa abreviar o sofrimento do povo iraquiano”

MARCELO CRIVELLA

PÁGINA 4



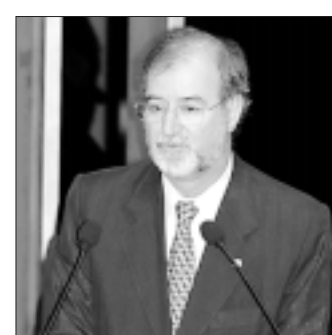
Ministro fala sobre planos para o esporte

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, participa amanhã de audiência pública na Comissão de Educação. Ele vai explicar aos senadores as diretrizes e programas prioritários do ministério, e também deverá abordar o projeto do Estatuto do Torcedor e a medida provisória que reorganiza o futebol brasileiro.

PÁGINA 2



Flávio Arns foi indicado para presidir a subcomissão



Azeredo será relator e antecipa apoio a propostas das Apaes

Subcomissão de Portadores de Deficiência começa a funcionar

PÁGINA 3



Genaldino Magela

Magno Malta lembrou que ex-senador foi "exemplo de líder político obstinado e persistente"

Magno Malta homenageia Dirceu Cardoso

O ex-senador capixaba Dirceu Cardoso, que morreu no último dia 7 de março, foi lembrado pelo senador Magno Malta (PL-ES) como exemplo de líder político obstinado e persistente. De acordo com Magno Malta, Dirceu Cardoso dedicou grande parte de seus 90 anos de vida ao meio político, tendo sido, além de senador, vereador, prefeito, deputado estadual e federal.

Entre os feitos do ex-senador, Malta destacou sua coragem no combate ao crime organizado no Espírito Santo, sua luta contra a violência e as injustiças sociais e suas ações voltadas para as áreas de saúde, segurança, educação e assistência aos trabalhadores. Malta ressaltou, ainda, o decisivo papel de Dirceu Cardoso na criação da Universidade do Espírito Santo, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Até então, a instituição de ensino superior não correspondia aos anseios dos estudantes e acadêmicos capixabas, segundo Magno Malta.

Para o parlamentar, Dirceu Cardoso permanecerá na memória de quem com ele conviveu, pois o ex-senador "ajudou a fazer a história do Espírito Santo e a do Congresso Nacional".

Comissão de Educação ouve ministro do Esporte amanhã

Audiência pública com Agnelo Queiroz servirá para que os senadores conheçam melhor as diretrizes e programas do ministério

Uma audiência pública com o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, será realizada amanhã, às 11h30, na Comissão de Educação (CE). Requerida pelo presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), e pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), a audiência tratará das diretrizes e programas prioritários daquele ministério.

Agnelo Queiroz esteve no Senado na quinta-feira passada e pediu apoio ao presidente do Senado, José Sarney, para que o projeto de lei da Câmara que institui o Estatuto do Torcedor tramite mais rapidamente na Casa. O ministro argumentou que a proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), garante um calendário fixo e estável para o futebol, além de determinar que os estádios funcionem com segurança e oferecendo bons serviços.

Agnelo também destacou a importância da aprovação da Medida Provisória nº 79, que trata da organização do futebol e introduz instrumentos de proteção a esse esporte, como o amparo aos clubes que formam jogadores.



Jane de Araújo

Osmar Dias, presidente da CE, divide a autoria do requerimento com o senador Hélio Costa

Morre o ex-senador e advogado Aurélio Vianna

Morreu na quinta-feira o professor e advogado Aurélio Vianna da Cunha, senador pelo estado do Rio de Janeiro de 1963 a 1971. Nascido em Alagoas, ele começou a carreira política como deputado estadual em seu estado natal, eleito pela União Democrática Nacional (UDN). Antes de eleger-se senador, foi deputado federal por Alagoas.

No Senado, Aurélio Vianna fez parte de diversas comissões, principalmente aquelas ligadas a assuntos internacionais. O senador integrou a Frente Parlamentar Nacionalista e pautou sua atuação pela defesa da reforma agrária. Em 1965, candidatou-se ao governo do então estado da Guanabara pelo Partido Socialista



No Senado, Vianna marcou atuação pela defesa da reforma agrária

Brasileiro (PSB). Foi líder no Senado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao regime militar implantado em 1964.

Indicação de embaixadores é examinada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota na reunião da próxima quinta-feira a indicação do ministro Stelio Marcos Amarante para o cargo de embaixador brasileiro na República da Irlanda. Outra indicação a ser analisada pelos senadores é a da ministra Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada pelo presidente da República para o cargo de embaixadora brasileira em Trinidad e Tobago.

Os senadores votam ainda a indicação de Antonio Augusto Dayrell de Lima para o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Todas as indicações, depois de aprovadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, precisam ser votadas pelo Plenário do Senado.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

18h - Recebe a rainha Beatrix, dos Países Baixos. *Salão Nobre do Senado*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO
PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC 93/02, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama; votação, em segundo turno, da PEC 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição (destinação do salário-educação); votação, em primeiro turno, da PEC 51/01, altera inciso do artigo 235 da Constituição (aumentar o número de membros nomeados para compor os tribunais de contas de estados recém-criados); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99, dá nova redação a inciso do artigo 5º da Constituição (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99, dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados; substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS 195/99 (uso da talidomida); PLC 34/02, proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes; Parecer 20/03, da Comissão de Educação (CE), favorável à Indicação 6/02, do ex-senador Casildo Maldaner, que sugere à CE a elaboração de estudos visando à criação do Ufoeste; entre outros.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição (regras para demarcação de terras indígenas); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01 (artigo 6º da Constituição); primeira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01 (fixação de limites para gastos com a publicidade governamental); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99 (nova redação a inciso do artigo 5º da Constituição); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99 (incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados); entre outros.

Quinta-feira

14h30 - Comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci

Sexta-feira

14h30 - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissões discutem combate à fome no país

Ministro de Segurança Alimentar, José Graziano, deve comparecer a audiência pública conjunta nesta quarta-feira a fim de discutir com os senadores a política do governo federal para o setor

Paim propõe Estatuto do Portador de Deficiência

Os portadores de deficiência e pessoas acometidas por limitações físico-motora, mental, visual, ou auditiva poderão ter um estatuto que assegure a sua integração social e o pleno exercício de seus direitos. O projeto do Estatuto do Portador de Deficiência é uma iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) e regula os direitos de 14,5% da população brasileira, ou 24 milhões de pessoas, segundo dados do Censo 2000.

Além disso, o estatuto traria mecanismos que garantiriam o acesso dos portadores de deficiência aos serviços especializados de saúde e reabilitação física, à educação, à formação profissional, à cultura, ao esporte e ao lazer. De acordo com o projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais, a garantia desses direitos "é dever da sociedade, do Estado, da comunidade e da família".

O projeto garante aos portadores de deficiência tratamento adequado e especializado e acesso aos estabelecimentos de saúde públicos e privados. Também serão beneficiários de serviços de reabilitação, incluindo a concessão de órteses (aparelhos que complementam a função perdida com a deficiência), próteses (apa-



Projeto de Paim beneficia portadores de deficiência

relhos que substituem artificialmente o membro perdido), bolsas coletoras e materiais auxiliares. O estatuto considera parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos e a assistência psicológica.

No que diz respeito ao acesso à educação, o projeto estipula a matrícula compulsória em cursos regulares e a inclusão no sistema educacional da educação especial como modalidade que permeie todos os níveis de ensino, entre outras garantias.

O acesso do deficiente ao trabalho também consta do projeto de Paim, por meio de um sistema de cotas. As empresas com cem ou mais empregados estariam obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou portadores de deficiência habilitados.

O projeto tramita em caráter terminativo: caso seja aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segue diretamente para análise na Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso de pelo menos nove senadores. Nesse caso, o Plenário do Senado terá que se pronunciar sobre a matéria.

Flávio Arns e Azeredo dirigem subcomissão

Os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foram indicados, respectivamente, presidente e relator da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Deficiência, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

"Tudo o que é bom para os deficientes é bom para as demais pessoas", afirmou Flávio Arns, citando como exemplo

rampas de acesso a prédios e espaços públicos.

Eduardo Azeredo também se mostra empenhado em viabilizar iniciativas em defesa dos direitos dos deficientes, lembrando que "solidariedade" deve ser a palavra-chave nesse trabalho. O senador por Minas Gerais anunciou ainda que irá apoiar propostas formuladas pelas associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

As comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promovem nesta quarta-feira, a partir das 10h, no plenário da CCJ, audiência pública conjunta sobre a atuação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Inspiradas no programa Fome Zero, as ações do ministério serão expostas pelo ministro da pasta, José Francisco Graziano.

O requerimento solicitando a vinda de Graziano ao Senado foi apresentado pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da CAS, e Fátima Cleide (PT-



Fátima Cleide propôs, junto com Romero Jucá, a audiência com o ministro

RO). Proposta de política de segurança alimentar elaborada pela organização não-governamental Instituto Cidadania, entre os anos de 2000 e 2001, o Fome Zero foi

absorvido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deverá constar do Plano Plurianual (PPA) 2003/2007, a ser encaminhado em breve ao Congresso Nacional.

Políticas estruturais, específicas e locais norteiam o programa Fome Zero, cujo objetivo é "garantir, a todos os brasileiros, qualidade, quantidade e regularidade no acesso à alimentação", conforme informa a página do ministério na Internet. A iniciativa prevê, entre outras ações, o incentivo à agricultura familiar; a intensificação do programa de alimentação do trabalhador e de merenda escolar; e a criação de restaurantes populares e de bancos de alimentos.

Amir Lando sugere luta contra a miséria

O senador Amir Lando (PMDB-RO) conclamou o mundo a trocar a guerra de destruição pelo combate à fome. Ele observou que os recursos necessários ao fim da fome no mundo — US\$ 40 bilhões anuais, segundo as Nações Unidas — são bem inferiores aos US\$ 500 bilhões previstos para a guerra com o Iraque e a posterior reconstrução do país.

— Como seria bom se os mísseis



Lando: seria bom que os mísseis carregassem arroz e pão

estivessem carregados de arroz e pão e, em vez de encouraçados de guerra, estivessem cruzando o mundo e tocando nos portos da África, Ásia e América Latina navios graneleiros. Tomara que o mundo tenha despertado e que depois do réquiem venha a aleluia da paz e da alegria — disse Lando.

Segundo o senador, o dia 20 de março ficará na história mundial como um hino à morte, tal qual

aconteceu com o 11 de setembro (de 2001). O mundo terá, em breve, que escolher entre o caminho da sobrevivência ou o da destruição, alertou.

Amir Lando louvou a iniciativa do governo de declarar combate total à fome, mas advertiu para os perigos que o programa enfrenta "na conspiração da burocracia e no imobilismo dos 500 anos de prevalência das elites".

O senador Mão Santa (PMDB-PI) louvou a capacidade de Lando de transformar um quadro aterrozante em poesia e sugeriu boicote aos produtos norte-americanos.

Assentamento poderá contar com creche

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã projeto do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE) determinando que todo programa de reforma agrária do governo federal terá de prever a construção de creches para os filhos dos assentados de até seis anos de idade. A proposta tem parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e tramita em caráter terminativo, isto é, se aprovada seguirá diretamente ao exame da Câmara, caso não haja recurso para sua votação no Plenário do Senado.

O relator observa que a instalação das creches permitirá às mães trabalharem nos projetos de assentamento rural, evitando que fiquem em casa somente cuidan-

do dos filhos. Para ele, o trabalho da mulher é importante para garantir o sustento da família de trabalhadores que recebem lotes da reforma agrária. A creche só será instalada se a prefeitura garantir recursos para pagamento de funcionários e compra de material.

O projeto estabelece duas condições para implantação das creches: que os assentados criem uma associação comunitária e que todas as crianças de sete a 14 anos estejam frequentando escolas do ensino fundamental, como determina a legislação. Ou seja, nenhuma família poderá tirar da



Roberto Saturnino apresentou parecer favorável a projeto

escola um dos filhos de até 14 anos para ele cuidar dos irmãos mais novos.

Na mesma reunião será examinado projeto que assegura aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as chances que eles têm de ser sorte-

ados. A proposta já recebeu parecer favorável do relator, senador Almeida Lima (PDT-SE), para quem a informação sobre a probabilidade de acerto é relevante, assim como são importantes informações prestadas aos consumidores sobre qualidade e validade de qualquer produto.

A SEMANA

Senadores repudiam guerra contra Iraque

A eclosão da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e o crescimento da violência no Brasil dominaram os debates do Senado na última semana. Os senadores foram unânimes em condenar o conflito armado. Eles lembraram que a campanha militar contra Bagdá, desencadeada no dia 20, não teve a aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma das críticas mais enérgicas partiu do presidente da Casa, senador José Sarney, para quem a decisão do presidente George W. Bush expressa a lei da selva. Sarney acredita que a intervenção militar dos Estados Unidos abre um perigoso precedente no âmbito das relações internacionais. "Bush anuncia ao mundo não somente o uso da violência contra o



Geraldo Magela

Sarney: decisão de Bush rompe processo de dois séculos em busca da convivência pacífica entre os povos

Iraque, não somente a guerra, mas o fim de um processo construído em mais de dois séculos entre as nações para uma convivência pacífica, através de organismos dos quais as Nações Unidas são

uma síntese", afirmou.

A preocupação com a guerra levou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a receber em audiência o embaixador do Iraque no Brasil, Jarallah

Alobaidy, que ouviu dos senadores o repúdio à campanha militar e a necessidade de se buscar uma solução pacífica para o conflito. Os senadores também ressaltaram a oposição internacional à guerra. "Não me lembro de uma que tenha se iniciado como essa, com o mundo inteiro contra", disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Além da guerra, a preocupação com a violência no país mobilizou o Senado. Na semana passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que torna mais duras as penas para crimes contra agentes da lei, como juízes e policiais. A CCJ também criou a Subcomissão Permanente de Segurança Pública para acompanhar as matérias que tratam de segurança em trami-

tação no Senado. Por sua vez, o senador José Sarney apresentou projeto de lei que eleva para até 40 anos a pena por homicídio qualificado.

O assassinato do juiz Antônio José Machado Dias, da Vara de Execuções Penais de Presidente Prudente (SP), dia 14 de março, provocou indignação entre os senadores. Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento solicitando sessão especial para protestar contra o assassinato do juiz e também para fazer o Congresso "declarar guerra ao crime organizado". Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou voto de pesar pela morte do juiz, disse que é preciso acompanhar a sofisticação do crime organizado no Brasil para evitar assassinatos desse tipo.

FRASES

"O nosso protesto é uma manifestação de consciência, sabendo que, por menor que seja o seu efeito, é um grão de areia na crença dos valores maiores da criatura humana. Nosso protesto pode parecer inútil e anacrônico, mas o senhor Bush conseguiu mobilizar em bilhões de pessoas o sentimento da paz. O que o senhor Bush está fazendo, mais do que a guerra, é desmontar este sistema que a Humanidade levou tantos anos para construir e ameaçar os direitos individuais e tudo o que foi conquistado durante a paz."

José Sarney (PMDB-AP)



José Cruz

"Parece que clamamos no deserto, mas o país inteiro, em sua unanimidade, apóia a posição política de Lula e acredita que ainda é hora de lutar pela paz. A ONU deve continuar a se reunir para dizer que a Resolução 1441 não autoriza o bombardeio ao Iraque. A ONU, apesar do desrespeito a suas instâncias, precisa desautorizar a guerra e aprovar uma resolução para que a guerra seja suspensa."

Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

"Os Estados Unidos são a nação que mais investiu em armas e na viabilização de guerras. Não se constrói a paz com desarmamento unilateral. As grandes guerras se instalaram com o desequilíbrio de armamentos."

Heloísa Helena (PT-AL)



Geraldo Magela

"Poderíamos deixar de tomar Coca-Cola e de frequentar o McDonald's. É hora de sinalizar com um gesto de paz."

João Capiberibe (PSB-AP)



José Cruz

"Somos solidários ao povo americano com relação ao terrorismo, mas somos contrários ao unilateralismo que impõe uma ética sua aos outros povos do planeta. Esse é um dia muito triste para a ONU, que se desmantela como mantenedora da ordem jurídica internacional."

Arthur Virgílio (PSDB-AM)



Roosevelt Pinheiro

"Estamos roucos por clamar pela paz, sem que possamos ter uma resposta efetiva. Esperávamos que a guerra não acontecesse. A esperança agora é que não dure muito e que não leve muitas crianças ao sofrimento. Que Deus possa abreviar o sofrimento desse povo."

Marcelo Crivella (PL-RJ)



Geraldo Magela

"Como seria bom se os mísseis estivessem carregados de arroz e pão e, em vez de encouraçados de guerra, estivessem cruzando o mundo e tocando nos portos da África, Ásia e América Latina navios graneleiros. Tomara que o mundo tenha despertado e que depois do réquiem venha a aleluia da paz e da alegria."

Amir Lando (PMDB-RO)



José Cruz

"Essa atitude afronta a Humanidade e a Organização das Nações Unidas (ONU)."

Roberto Saturnino (PT-RJ)



Roosevelt Pinheiro

"O unilateralismo belicoso promovido pelo governo de George W. Bush redundará em um considerável aumento da tensão política no mundo, no enfraquecimento dos sistemas multilaterais de solução de controvérsias, particularmente das Nações Unidas, e, muito provavelmente, no recrudescimento do terrorismo."

Eduardo Suplicy (PT-SP)



Roosevelt Pinheiro

"É interessante, mas eu não me lembro, na minha vida, olhando para trás, uma guerra que se inicia como esta: o mundo inteiro contra. Confesso que não sei descrever o que sinto. É uma sensação de mágoa, de tristeza, de fracasso, de irresponsabilidade, de impotência, vendo as coisas aí, e a gente a olhar. Confesso que passei o sábado e o domingo em casa assistindo televisão."

Pedro Simon (PMDB-RS)



José Cruz



Célio Azevedo

Requerimento de Valmir Amaral sugere criar subcomissão na CI para discutir situação do setor

Valmir Amaral propõe debate sobre transporte

A falta de segurança nos transportes coletivos urbanos, o encarecimento dos custos das empresas do setor, a elaboração de propostas que auxiliem na regulamentação pelo poder concedente e a troca de experiências positivas das prefeituras e do governo do Distrito Federal são alguns dos temas que o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pretende discutir na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado.

Ele apresentou requerimento sugerindo a criação de uma subcomissão para avaliar a prestação dos serviços de transporte coletivo no país e propor a instituição de diretrizes federais de transporte e mobilidade urbana. Valmir Amaral quer acelerar a sua aprovação e está obtendo, segundo revelou, apoio de outros senadores para votar a proposta na reunião prevista para esta semana.

Valmir Amaral teme que a guerra no Golfo Pérsico atinja diretamente o setor de transporte, com o encarecimento do preço dos combustíveis, item que mais pesa na composição de custos do setor. Lembrou também que os ônibus urbanos têm sido alvo do ataque de narcotraficantes, como no recente episódio ocorrido no Rio de Janeiro, onde foram incendiados e depredados 59 veículos:

— O mais grave é que as empresas de ônibus não fazem seguro da sua frota, porque isso onera muito os custos e porque o governo não aceita o repasse desse aumento para as tarifas — observou o senador.

Outro problema, conforme Valmir Amaral, é a concorrência predatória das lotações clandestinas, que atuam nas linhas mais rentáveis e nos melhores horários, causando uma perda de receita de 20% no setor, segundo avaliou.

CAS examina pensão para vítima de atentado a bomba

Proposta concede remuneração mensal vitalícia de R\$ 500 ao filho de ex-secretária da OAB morta por uma bomba em 1980

Passados quase 23 anos do atentado a bomba que matou a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Rio de Janeiro, Lyda Monteiro da Silva, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode aprovar, em reunião na quinta-feira, às 10h, concessão de pensão especial ao filho da vítima, Luiz Felipe Monteiro Dias. O parecer do senador Teotonio Vilela Filho é favorável ao projeto da Câmara dos Deputados que concede o benefício em reparação ao crime, promovido por “motivações políticas”.

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, de iniciativa da Presidência da República, o ex-ministro da Justiça José Gregori recorda que Lyda Monteiro da Silva foi morta em 27 de agosto de 1980 ao abrir uma carta-bomba endereçada ao então presidente da OAB do Rio de Janeiro. A proposição prevê a concessão de



José Cruz

Teotonio Vilela Filho deu parecer favorável ao projeto concedendo pensão vitalícia

pensão de R\$ 500, mensal e vitalícia, e ressalva que valores do benefício deverão ser deduzidos de qualquer indenização que a União venha a pagar.

Das demais 12 matérias em pauta na CAS, dois projetos da Câmara na área de saúde contaram com parecer pela aprovação da relatoria. O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ofereceu substitutivo à proposição que dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de cartazes, em farmácias e drogarias, orientando sobre a falsificação de

remédios. O outro projeto pretende obrigar as unidades de saúde, públicas e privadas, a preencherem declaração de óbitos ocorridos em suas dependências, assim como a realizarem, mensalmente, estatísticas das mortes registradas, e recebeu o aval do senador Eurípedes Camargo (PT-DF).

A discussão sobre o projeto que trata do Estatuto de Defesa do Torcedor, enviado pela Presidência da República, também está na ordem do dia da comissão. Relatada favoravelmente pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a proposta tem 45 artigos e aborda questões como a transparência e o regulamento de competições esportivas; a oferta de alimentação, transporte e segurança aos torcedores; a relação da torcida com a arbitragem, clubes e a Justiça Desportiva. Sérgio Guerra vai sugerir ainda o acolhimento de projeto do ex-senador Carlos Bezerra que garante ao empregado doméstico o benefício do auxílio-acidente.

Sete PECs na pauta do Plenário esta semana

O Senado examina, nesta semana, sete propostas de emenda à Constituição (PECs), tratando de assuntos que vão do salário-educação ao direito à alimentação, gratuidade do registro de nascimento, gastos com publicidade governamental e demarcação de terras indígenas. Na quinta-feira, o Plenário ouve exposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a política econômica do governo.

Amanhã, em primeiro turno, o Senado vota proposta da ex-senadora Marluce Pinto que aumenta o número de membros nomeados para compor os tribunais de contas de estados recém-criados. No mesmo dia, em segundo turno, o Plenário realiza a primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição do ex-senador Ricardo Santos estendendo o salário-educação para a educação infantil, que, juntamente com o ensino fundamental, passaria a contar com os recursos dessa contribuição social.

Também em segundo turno, o Senado realiza a primeira sessão



Célio Azevedo

Temas que vão do salário-educação até os gastos oficiais com publicidade estarão em discussão no Plenário do Senado

de discussão de proposta de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que acrescenta a alimentação aos direitos sociais estabelecidos na Constituição. O parlamentar argumenta que o direito à alimentação foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993, com voto favorável do Brasil e um único voto contrário — dos Estados Unidos.

Ainda amanhã, o Senado realiza a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que garante gratuidade para

o registro e primeira emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito.

Na quarta-feira, o Senado vota, em primeiro turno, proposta de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que inclui, entre as competências privativas do Senado, a aprovação do processo de demarcação de terras indígenas. E, em segundo turno, começa a discussão do substitutivo à proposta do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) fixando limites para os gastos com a publicidade de obras governamentais.



José Cruz

César Borges acha que aprovação do projeto foi importante, mas é apenas uma “solução provisória”

Senado aprova novo prazo para lavoura cacaueteira

O Senado aprovou projeto de resolução do senador César Borges (PFL-BA) que garante prazo de mais 270 dias para que a Bahia ajuste as garantias prestadas aos empréstimos no âmbito do Programa de Renovação da Lavoura Cacaueteira Baiana. César Borges defendeu a continuidade do programa com novos recursos federais e foi apoiado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para Borges, a solução aprovada agora pelo Senado é importante mas provisória, porque os recursos para continuação do programa não estão garantidos. Por isso, o senador anunciou a finalização de projeto que pretende apresentar ao Senado para solucionar a questão.

Prioridade a canais de rádio e televisão

Em reunião amanhã, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), vota substitutivo apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) aos projetos de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do deputado Sólton Borges Reis, que tratam da prioridade para entidades educacionais na concessão de canais de rádio e TV.

Na pauta também estão dois projetos de lei tratando do horário de verão, relatados pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Um deles, do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO), proíbe a implantação do horário em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Líder do governo destaca resultados positivos da política econômica do PT

Mercadante afirma que, para consolidar as mudanças, é necessário fazer as reformas tributária e previdenciária. Ele também defende planejamento estratégico para o país

Os resultados da política econômica adotada pelo PT são positivos e visíveis, disse sexta-feira, em discurso da tribuna, o líder do governo, senador Aloisio Mercadante (PT-SP). No entanto, observou, para consolidar as mudanças, é necessário fazer as reformas tributária e previdenciária. Ele defendeu ainda a discussão de um planejamento estratégico para o Brasil, com projetos que estruturam o desenvolvimento do país.

Mercadante afirmou que as dificuldades do país são resultantes da política econômica do governo anterior, classificada por ele de irresponsável. O senador destacou o período em que vigorou a política conhecida como âncora cambial, cujo saldo foi um déficit de transações correntes, que passou de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 34 bilhões, em quatro anos. O déficit crescente das contas externas e a necessidade de financiamento representaram elevação do endividamento, levando o país a uma vulnerabilidade externa que



o expôs à turbulência financeira, frisou.

O senador ressaltou que no governo Fernando Henrique a dívida pública passou de R\$ 61,7 bilhões para R\$ 627 bilhões. A crise cambial de janeiro de 1999, observou o líder do governo, permitiu o ajuste da taxa de câmbio,

embora tenha trazido instabilidade e dificuldades. Ele lembrou que o Brasil voltou a apresentar saldo positivo na balança comercial, e o novo governo “está absolutamente determinado a imprimir este ritmo”. Para isso, pretende-se aumentar as exportações e melhorar sua qualidade,

além de substituir importações para gerar saldo comercial.

QUEDA DE DÉFICIT

Para comprovar o bom rumo da política econômica do novo governo, Mercadante disse que, este ano, o déficit das transações correntes poderá ser inferior a US\$ 5 bilhões, enquanto, em 1998, se situou em quase US\$ 34 bilhões, e, no fim de 2001, em cerca de US\$ 24 bilhões. O saldo comercial em março, prevê o senador, pode chegar a mais de US\$ 3,5 bilhões. Isso deixa o país com menos necessidade de financiamento externo e com menos vulnerabilidade a turbulências internacionais, observou.

Ele chamou a atenção para a interligação das reformas tributária e fiscal, salientando que, com a redução da carga tributária sobre a folha de pagamento, haverá estímulo ao mercado formal de trabalho, com maior arrecadação previdenciária. Isto incluiria no sistema de seguridade social cerca de 40 milhões de brasileiros.

Reginaldo Duarte lembra 150 anos do Padre Cícero

Os 159 anos de nascimento do padre Cícero Romão Batista, que se comemoram hoje, foram lembrados pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), que destacou a trajetória de luta, dedicação aos pobres e combate às desigualdades sociais do religioso, ao longo de toda a sua vida.



Reginaldo Duarte confia em beatificação do sacerdote

Reginaldo Duarte observou, em discurso na sexta-feira, que o padre Cícero é venerado até hoje por milhões de brasileiros, principalmente os que residem no Nordeste, que, a cada ano, se deslocam para Juazeiro do Norte, no sul do Ceará.

— Para nós, padre Cícero é um santo que, um dia, ainda será beatificado, após o Vaticano reconhecer os seus milagres — previu Duarte, ao colocar em relevo o trabalho em prol da reabilitação histórica e eclesial do religioso, coordenado pelo bispo da cidade do Crato, dom Fernando Pânico.

Lúcia Vânia quer esclarecer fim de disque-denúncia

Requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo esclarecimentos sobre a suspensão do serviço de disque-denúncia contra o abuso sexual de crianças e adolescentes foi apresentado à Mesa pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).



Lúcia Vânia: serviço combatia abuso contra crianças e adolescentes

Como o governo não renovou o convênio com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), entidade encarregada do disque-denúncia, por meio do telefone 0800-990500, o serviço foi desativado na noite de sexta-feira. Em nota encaminhada a Lúcia Vânia, o pediatra Lauro Monteiro, que preside a Abrapia, informou que está comunicando à Embratel e ao Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) o cancelamento

do disque-denúncia.

Segundo a senadora, Monteiro explicou que, após seis anos de funcionamento do serviço, o Ministério da Justiça mencionou razões legais para não renovar o contrato com a entidade, que é uma organização não-governamental, com sede no Rio de Janeiro. O convênio sofreu vários aditamentos nesse período, o que garantia a sua manutenção.

Conforme a nota, o governo quer integrar o serviço ao disque-saúde do Ministério da Saúde, aproveitando sua infraestrutura, como já foi noticiado pela imprensa. O presidente da Abrapia, no comunicado enviado a Lúcia Vânia, argumenta que a centralização dos serviços de denúncia não é uma prática adotada por outros países.

Motta defende extinção de terreno de marinha

O senador João Batista Motta (PPS-ES) pediu, na sexta-feira, à Presidência do Senado que inclua na pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do ex-senador Paulo Hartung que extingue o instituto dos terrenos de marinha. Com a aprovação da proposta, sustentou, famílias de inúmeras cidades brasileiras poderão ser tranquilizadas e se garantirá a aplicação de um efetivo planejamento urbano.

Motta disse que Hartung, hoje governador do Espírito Santo, apresentou a PEC certamente “imbuído de sólidas convicções decorrentes da sua experiência como prefeito de Vitória, quando sofreu toda a sorte de pressão e vivenciou a angústia de famílias cujo único patrimônio era uma humilde casa, pertencente à sua família há décadas ou sé-



João Batista Motta pediu votação de PEC sobre o assunto

culos e, de uma hora para outra, recebem notificação da União, dizendo que aquele patrimônio não era todo seu e cobrando foros retroativos a até dez anos”. O senador lembrou que a proposta de Hartung recebeu substitutivo elaborado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

Para Motta, o instituto dos terrenos de marinha é “sabidamente, arcaico e superado, não havendo qualquer justificativa técnica, jurídica ou prática para que se mantenha”. Ele acrescentou que o tema tem relevância porque representa “fonte de inquietação permanente a milhares de famílias”.

— Essas famílias jamais entenderão, e eu também não entenderia, que um técnico do Serviço de Patrimônio da União vá para a frente do portão de sua casa e diga que ali é um terreno de marinha, tendo como parâmetro a pre-

amar de 1831, quando hoje estão a centenas de metros da praia, com prédios e quarteirões inteiros separando a sua casa das ondas da praia, ou da margem do canal, do rio ou da baía — afirmou.

O senador acrescentou que a situação atinge também os municípios, que “se vêem manietados na implantação de planos diretores do ordenamento territorial urbano que assegurem qualidade de vida aos municípios e defesa ambiental”. Disse ainda que a extinção dos terrenos de marinha não trará prejuízo ambiental ou outras consequências no que se refere às praias marítimas e fluviais, já que elas continuarão sendo bens da União, conforme dispositivo da Constituição.

Motta registrou que o substitutivo de Osmar Dias foi enriquecido por emenda apresentada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), segundo a qual metade dos recursos decorrentes da alienação dos terrenos atualmente aforados deve ser destinada ao fundo de combate à pobreza.

Senado deve negociar Simples e Refis, afirma Jucá

Parlamentar pede que governo federal mantenha o acordo firmado no fim do ano passado e adverte que as atuais negociações não podem se restringir apenas à Câmara dos Deputados, como tem ocorrido até agora



Paes de Barros acha que episódio prejudica imagem de Lula

Antero critica declarações de Mercadante

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) anunciou na sexta-feira que apresentará requerimento de informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o uso de veículo oficial, de uso exclusivo da Presidência da República, para transporte da cadela Michele do Palácio do Planalto para a Granja do Torto, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandava reunião ministerial.

— A história pessoal e a biografia do presidente Lula não admitem fatos como esse, registrado pelos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* — disse Antero.

O senador criticou duramente o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pela forma como tratou do assunto com os jornalistas. Mercadante teria dito que, “em assuntos caninos, aprendi que quando um cão late, não se deve latir de volta”, referindo-se ao requerimento que Antero pretende apresentar. Antero classificou a frase como “uma agressão sem precedentes na história do Senado, a Casa do respeito pessoal e da fidalguia”.

Para o senador, a falta de respeito com os colegas tem sido uma característica de Mercadante, que teria dito que o senador Efraim Morais (PFL-PB) não domina o tema “Previdência Social” apenas porque ele leu a pergunta dirigida ao ministro Ricardo Berzoini, na sessão da quinta-feira. “O líder do governo abandonou no Plenário o próprio ministro do governo que representa”, afirmou Antero.



Mercadante disse que suas palavras foram mal interpretadas

Líder do PT diz que não quis desrespeitar

Em resposta ao discurso de Antero Paes de Barros, Aloizio Mercadante (SP) disse na sexta-feira, em Plenário, que o senador do PSDB “tem todo o direito de querer esclarecer qualquer episódio”.

O líder do PT no Senado referia-se ao incidente envolvendo a cadela Michele, que teria sido transportada, no veículo oficial e de uso exclusivo do presidente da República, do Planalto para a Granja do Torto, segundo noticiaram na quinta-feira os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

Mercadante explicou que, na saída da sessão no Plenário do Senado, em que foi ouvido o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, um jornalista lhe perguntou sobre sua opinião em relação ao debate em torno da cadela.

Dizendo não ter conhecimento do debate e supondo que ninguém discutiria semelhante tema, continuou Mercadante, “citei um velho ditado que diz o seguinte: ‘Quando um cachorro late para você, você não late para o cachorro’”.

— Eu não dispunha da informação de que senador Antero Paes de Barros tinha interesse nesse tema. Se tivesse, jamais utilizaria esse ditado popular, porque poderia induzir a uma interpretação que não tinha intenção de dar — assegurou o senador, que insistiu em negar qualquer intenção de fazer uma grosseria com o parlamentar de Mato Grosso.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu na sexta-feira, em Plenário, que o governo federal negocie também com o Senado — e não apenas com a Câmara, como ocorreu até agora — as mudanças no projeto que amplia a base de pagamento do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Simples) e reabre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

— O governo tem todo o direito de conversar com a Câmara dos Deputados. Mas a posição do PSDB, se o Senado não for chamado para acertar esses entendimentos, é que não teremos compromisso com o



Jucá: se o Senado não negociar, o PSDB não tem compromisso com o acordo

resultado da proposta que sair com a Câmara. O governo tem que se entender com lideranças e partidos das duas Casas ou iremos obstruir a votação e apresentar emendas, e a matéria voltará para a Câmara — advertiu Jucá, relator da matéria no Senado.

O senador não pretende ser obstáculo para ações que possam fortalecer as empresas brasileiras, mas alertou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), para que negocie igualmente com o Senado. Além disso, informou, várias associações de classe se mobilizaram para cobrar do governo federal a manutenção do que foi aprovado no fim do ano passado.

— É importante que o atual governo mantenha a palavra firmada no ano passado, quando votamos o aumento da alíquota do Imposto de Renda e o aumento da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), exatamente para, num processo de negociação, contrabalançar essas questões — disse.

Mão Santa destaca as belezas do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu a iniciativa do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, de visitar o Piauí, em companhia de uma comitiva, em fevereiro passado, para conhecer o potencial turístico do estado, especialmente da região do Delta do Parnaíba e do litoral piauiense.

Mão Santa disse que o ministro comunicou a avaliação, pelo governador Wellington Dias, de programas de desenvolvimento e investimento do turismo sustentável, para que a região receba finan-



Mão Santa agradeceu visita do ministro do Turismo ao Estado

ciamentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

O senador informou, ainda, que o ministro Mares Guia anunciou a liberação de R\$ 3,6 milhões para a construção do Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato, o que, a seu ver, irá ajudar a alavancar o desenvolvimento na cidade, que abriga um dos sítios arqueológicos mais importantes do país.

O estado, ressaltou Mão Santa, oferece uma gama de vantagens aos turistas, como o menor índi-

ce de violência do país, população trabalhadora e bondosa e um litoral que, apesar de pequeno (66 quilômetros), abriga belas praias, o Delta do Rio Parnaíba (único das Américas em mar aberto) e o Parque Nacional de Sete Cidades, localizado nos municípios de Piri-piri e Piracuruca.

Os outros senadores do estado, Alberto Silva e Heráclito Fortes, apartearam Mão Santa para realçar as qualidades do Piauí. Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou sua admiração pelo piauienses, que em muito contribuíram na construção de Brasília. Finalmente, Amir Lando (PMDB-RO) elogiou o discurso de Mão Santa e manifestou sua intenção de conhecer o Piauí.

Paulo Octávio quer ouvir ministro sobre presídio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) condenou a intenção do governo federal de construir um presídio de segurança máxima no DF. Para ele, a escolha da capital para a obra é ilegal e, com base no Estatuto da Cidade, exigiu a realização de audiência da população da cidade antes do início da construção. Paulo Octávio apresentou requerimento para que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, seja convocado ao Senado para esclarecer as razões que levaram o governo a escolher o DF.

— A população de Brasília está com medo diante da possível construção de um presídio de segurança máxima em Planaltina. O presídio em Brasília não trará solução para o problema da violência do país — declarou o senador, depois de citar resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária estabelecendo que os presídios de segurança máxima devem ser construídos em regiões de fronteira ou de grande concentração de “criminalidade violenta”.



Paulo Octávio: população deve ser consultada

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) concordou que construir o presídio é um risco e pediu que outras soluções sejam encontradas. Paulo Octávio elogiou o Piauí pela baixa criminalidade, parabenizando Mão Santa (PMDB-PI) e Alberto Silva pela administração do estado.

Serys: EUA cobizam água e biodiversidade da Amazônia

Na opinião da senadora, o Brasil deve se preparar, pois a região pode ser o alvo da próxima invasão norte-americana

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez sexta-feira, em Plenário, um alerta aos brasileiros sobre a "cobiça dos Estados Unidos" em relação à água e à biodiversidade da Amazônia, advertindo que a região pode ser o objeto da próxima invasão norte-americana.



Serys Slhessarenko citou artigo sobre motivos da guerra no Iraque

— E o que vamos fazer? Ficar olhando? Protestar nas Nações Unidas? Precisamos nos preparar — recomendou ela.

A senadora citou artigo do professor de História em Brasília Said Barbosa Dib, segundo o qual o verdadeiro motivo da invasão do Iraque seria a necessidade de reverter

a decisão do presidente Saddam Hussein de adotar o euro e não mais o dólar nas transações de petróleo do país. O presidente norte-americano George W. Bush temeria, de acordo com o articulista, que a Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (Opep) viesse a tomar a mesma decisão.

Segundo o artigo, isso levaria o dólar a perder 20% a 40% de seu valor, abalando a confiança dos investidores que sustentam a economia americana e financiam, sem inflação, os gigantescos déficits comercial e público dos Estados Unidos.

Internacionalização já está ocorrendo, diz Sibá Machado

A internacionalização da Amazônia e a falta de um modelo de desenvolvimento adequado para a região foram temas destacados pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele afirmou que a internacionalização já está ocorrendo e citou projetos de investidores estrangeiros, norte-americanos e japoneses, principalmente, que teriam provocado a sangria dos recursos naturais do território amazônico.



Sibá Machado defende novo modelo de desenvolvimento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reforçou, em aparte, a importância da preocupação de Sibá. Disse que os planos do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, incluem a internacionalização da Amazônia, e lembrou já ter mostrado em Plenário mapa que circula nas universidades dos EUA com a região fora do controle brasileiro.

Sibá alertou para a possibilidade de os americanos se voltarem para essa questão quando as reservas de água passarem a ser um problema mais importante que o fornecimento de petróleo, e observou que poucos países ficarão do lado do Brasil

quando isso ocorrer. A Amazônia, ressaltou, possui a maior reserva de água doce do planeta.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), também em aparte, declarou que os EUA estão vigiando mais a Amazônia que o Brasil, e pediu maior atenção do Senado à questão da internacionalização da região.

DESENVOLVIMENTO

Sibá defendeu um novo pacto amazônico que mude o modelo de desenvolvimento da região. Disse que a estratégia dos governos passados foi contrária à floresta, que ocupa 65% dos 5,029 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. Ele listou entre suas propostas uma política florestal que determine que 100% da extração, industrialização, circulação e comercialização de produtos florestais sejam de áreas com manejo adequado e com madeira certificada.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), em aparte, concordou com a revisão do modelo e a prioridade ao manejo das florestas da região.

Por esse motivo, a Alemanha e a França, que defendem o euro, se oporiam à guerra, e a Grã-Bretanha, que não adotou o euro, a apoiaria.

ENERGIA

Serys conclamou os deputados estaduais de Mato Grosso a derrubar o veto do governador Blairo Maggi a projeto de sua autoria, quando era deputada estadual, reduzindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre energia elétrica e telefonia, dos atuais 30%, para uma alíquota máxima de 17%, como vigora nos demais estados da União.

Ela relatou que o governador anterior, Dante de Oliveira, elevou o ICMS sobre energia elétrica para 30%, alíquota que, no cálculo "por dentro", termina sendo de 42,85%, onerando a cadeia produtiva.

João Ribeiro apóia obras no Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) apoiou o compromisso assumido pelo governador do Tocantins, Marcelo Miranda, de



Ribeiro: escoamento da produção será favorecido

asfaltar, até o final do seu governo, os 100 quilômetros que faltam para concluir a pavimentação da rodovia estadual TO-010, que liga Pedro Afonso a Palmas. Também aprovou a decisão do governo de construir uma ponte sobre o Rio Tocantins no município de Tocantínia.

— Esse novo itinerário poderá reduzir a distância entre os municípios de Pedro Afonso e Palmas e favorecer o transporte e o escoamento da produção, que, apoiada no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), já alcançou a média da produção nacional de soja no ano de 2002. São 100 mil toneladas de grãos produzidos em 40 mil hectares — afirmou João Ribeiro.

Capiberibe pede recuperação rápida de rodovia no Amapá

Em discurso no qual destacou a importância da rodovia para a economia do Amapá, o senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu às autoridades federais e estaduais que recuperem o quanto antes trecho de seis quilômetros da BR-156 que foi destruído pelas chuvas. De



Capiberibe destaca papel da BR-156 na integração

acordo com o senador, a população do norte do estado está isolada e quatro municípios sofrem com a falta de abastecimento de combustíveis, alimentos e remédios.

— Tanto o governo federal quanto o do estado estão agindo para o atendimento da população isolada e para a correção dos problemas técnicos que afetaram aquele pequeno trecho da BR-156 — disse Capiberibe, ao elogiar a atenção do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que foi pessoalmente ao Amapá ver os estragos na rodovia.

O senador explicou que a estrada de 600 quilômetros entre Macapá e Oiapoque (AP) integra

cerca de 500 mil habitantes, ressaltando que a BR-156 é o trecho brasileiro de uma rodovia multinacional que, no futuro, integrará os países do Platô das Guianas e do Caribe. A rodovia do Arco Norte ou Transguianense, declarou Capiberibe, vai ligar Macapá a Manaus,

Boa Vista e Caracas, passando por Caiena, na Guiana Francesa, Paramaribo, no Suriname, e Georgetown, na Guiana.

— É mais do que uma estrada: é um importante elemento da integração do nosso território e da construção pacífica de relações econômicas, culturais e sociais com nossos vizinhos. Ela também nos vincula à Europa, através da Guiana Francesa, unindo o Brasil à França, o Mercosul à União Européia — disse, registrando que em 1997 os presidentes do Brasil e da França assinaram acordo para a construção de ponte sobre o Rio Oiapoque, unindo o Amapá à Guiana Francesa.

Raupp cobra utilização da Cide na melhoria das estradas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou a destinação de "amplos recursos" da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das rodovias, lembrando que esse tributo, incidente sobre combustíveis automotivos, foi criado com essa finalidade.

Raupp disse que "o desperdício no consumo de combustíveis resultante da precariedade das estradas brasileiras e dos congestionamentos no tráfego urbano gasta mais petróleo que o petróleo que o Brasil ainda precisa importar". O que significa, observou, que, se fosse sanado esse desperdício, o país teria 100% de independência em matéria de petróleo.

O senador considerou lamentável o estado de muitas rodovias brasileiras e afirmou que Rondônia é especialmente vulnerável às deficiências de suas estradas, que precisam de urgente



Raupp diz que mau estado das rodovias gera desperdício

socorro. Raupp destacou acreditar nos esforços do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para melhorar a situação das rodovias do estado. Mas observou que há obstáculos e vícios administrativos "que se interpõem no caminho

dessas boas intenções", entre os quais o contingenciamento das verbas votado pelo Congresso.

— O novo governo não pode marchar pelo mesmo caminho. Temos que nos esforçar para evitar distorções na execução das intenções do Legislativo — recomendou.

ÁGUA

O senador aproveitou para lembrar a comemoração, no sábado, do Dia da Água. Ele defendeu discussões profundas sobre a maior reserva mundial de água doce, a Amazônia, afirmando que "essa riqueza única" que o país possui "já é alvo de atenções e, quem sabe, cobiça mundial".

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Heráclito Fortes, Alberto Silva, Mão Santa e Reginaldo Duarte e pela senadora Serys Slhessarenko